



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 10 – Informação e Memória

O TEMA “ARQUIVOS PESSOAIS” NOS ENANCIB

THE SUBJECT “PERSONAL PAPERS” IN ENANCIB

Iuri Rocio Franco Rizzi¹

Modalidade da apresentação: Pôster

Resumo: Apresenta um levantamento sobre o tema dos arquivos pessoais nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação, em todas as suas edições, na base BENANCIB (1991-2014) e no sítio do evento (2015) e realiza uma breve análise dos artigos encontrados. Propõe três eixos principais dentre os artigos selecionados: preservação, patrimonialização e memória individual e coletiva, todos relacionados aos arquivos pessoais. Finaliza apontando a baixa produção e a necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: 1. Arquivos pessoais. 2. ENANCIB. 3. Preservação de documentos. 4. Patrimonialização de documentos. 5. Memória coletiva.

Abstract: *Presents a survey on the subject of personal papers in the work presented in the national researchers in Information Science Meeting, in all its editions in BENANCIB base (1991-2014) and on the event website (2015) and provides a brief analysis of articles found. It proposes three main axes among the selected articles: preservation, patrimonial and individual and collective memory, all related to personal files. Terminates pointing to low production and the need for further research on the topic.*

Keywords: *1. Personal papers. 2. ENANCIB. 3. Document preservation. 4. Patrimonial process of documents. 5. Collective memory.*

¹ Doutorando no PPGCI-Universidade Federal Fluminense. Professor Assistente na Universidade Federal de Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresenta-se um levantamento e uma análise inicial sobre a temática dos arquivos pessoais nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)². Nos últimos anos os arquivos pessoais têm se configurado como um campo de pesquisa para as Ciências Sociais, incluindo a Ciência da Informação, entre outras. A arquivologia, por sua vez, começa a validar e considerar o “papalório” produzido e acumulado por indivíduos como arquivos no sentido estrito, sem deixar de lado suas particularidades. O ENANCIB foi escolhido por ser um importante fórum de discussão da Ciência da Informação e da Arquivologia, especialmente na esfera da produção acadêmica.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver o trabalho foram realizadas buscas na base BENANCIB³, que disponibiliza os trabalhos apresentados nos anais do referido evento desde o seu início, em 1994. Foram utilizados os seguintes termos de busca e seus respectivos resultados (quantidade de itens recuperados):

Tabela 1 – Termos de busca e resultados na base BENANCIB.

Termo de busca	Resultado
Arquivos	1145
Arquivos pessoais (operador OR)	2105
“Arquivos pessoais” (operador AND)	45
“Arquivo pessoal” (operador AND)	31
“Arquivos privados”	21
“Acervos pessoais”	9

Devido aos dois primeiros termos terem maior extensão, o resultado foi um número elevado de itens recuperados, inviabilizando uma análise individual dos mesmos. Por isso, procurou-se especificar a busca, diminuindo a revocação e aumentando a precisão dos itens recuperados. Assim, os resultados dos demais termos puderam ser analisados individualmente. Após esta análise, foram selecionados os trabalhos que tivessem como tema central ou com

2Uma versão preliminar deste trabalho foi elaborada na disciplina Arquivos pessoais e Memória, ministrada pela Profa. Dr. Lucia Maria Velloso de Oliveira, no PPGCI-UFF, no segundo semestre de 2015.

3BENANCIB. Disponível em:

<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2>>. Acesso em: 29 set. 2015. A base contempla os anais até o ano de 2013 (e 2014 parcialmente). Por isso 2014 e 2015 foram pesquisados diretamente nos anais (2014) e no site (2015) do evento e os resultados encontrados foram somados aos da base.

peso significativo o arquivo pessoal, totalizando 35 trabalhos (Quadro 1).

3 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Dentre os trabalhos selecionados, foram escolhidos três para análise e discussão, por representarem temáticas recorrentes em muitos dos trabalhos encontrados e por apresentarem temas que possibilitam diálogos entre si: 1) a questão da preservação; 2) da patrimonialização de conjuntos documentais; e 3) das memórias individual e coletiva, todos com abordagens voltadas para os arquivos pessoais. O resultado da busca e seleção dos artigos segue abaixo.

Quadro 1 – Artigos sobre arquivos pessoais nos ENANCIB.

Autor(es) / Título / Ano
Achilles, D.; Vieira, D. / Memória e identidade de Olavo Bilac: um estudo de sua correspondência preservada no arquivo da Academia Brasileira de Letras (1887-1918). / 2011
Albuquerque, M. E. B. C.; Gonçalves, E. F. / Análise documental de imagens fotográficas do arquivo Afonso Pereira. / 2014
Barros, K. C. Q.; Oliveira, B. M. J. F. / Memória fotográfica e rede humana de relações: estudo sobre redes de sociabilidade no arquivo fotográfico de José Simeão Leal. / 2012
Batista, D. M. S.; Rangel, M. F. / Museu Castro Maya: de coleção privada a museu público. / 2012
Borges, R. S.; Murguia, E. I. / O processo de aquisição de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz. / 2014
Cavalcante, L. E. / O movimento da memória: um desafio metodológico ao campo informacional. / 2005
Cordula, A. C. C.; Oliveira, B. M. J. F. de / O legado literário do escritor Políbio Alves. / 2013
Crivelli, R.; Bizello, M. L. / De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros memória do mundo do Brasil, da UNESCO. / 2012
Crivelli, R.; Bizello, M. L. / Arquivos pessoais e patrimônio documental: análise dos critérios de seleção dos registros memória do mundo do Brasil – UNESCO. / 2015
Galdino, S. B.; Oliveira, B. M. J. F. de. Bico de pena: tracejando a arte e a vida de Nivalson Miranda. / 2014
Gomes, D. M. L.; Lima, D. F. C. / Fraseologia oiticiana desvenda o labirinto: categorias documentais de Hélio Oiticica aplicadas à sua produção artística. / 2012
Gonçalves, E. F.; Albuquerque, M. E. B. C. de / Análise documental de imagens fotográficas do arquivo Afonso Pereira. / 2014
Grigoletto, M. C.; Murguia E. I. / O documento e seu valor patrimonial: os processos de tombamento do museu histórico e pedagógico “Prudente de Moraes”. / 2009
Hannesch, O.; Granato, M. / Acervos arquivísticos em museus: patrimônio a ser preservado. / 2013
Jardim, J. M. / Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). / 2008
Lima, M. L. / A gênese do arquivo fotográfico de leme: uma leitura indiciária da acumulação. / 2006
Martiniano, M. C.; Silva, R. A. / O documentalista como etnógrafo: uma reflexão sobre a interação entre arquivologia e antropologia. / 2014
Murguia, E. I. / Discursividade da ciência da informação e sua institucionalização na biblioteconomia e a arquivologia: um estudo comparado. / 2010
Murguia, E. I.; Registro, T. C. / O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do fundo Pedro Miranda no arquivo público e histórico de Ribeirão Preto. / 2005
Oliveira, B. M. J. F. de / Santuário de gente: a biblioteca privada de José Simeão Leal. / 2011

Oliveira, B. M. J. F. de / Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista. / 2010
Ortega, C. D. / A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. / 2013
Gonçalves, M. C. G.; Cunha, M. S. A importância política e social do acervo do Instituto Miguel Arraes. / 2014
Pedrao, G. B.; Murguia, E. I. / O arquivo Zeferino Vaz: um lugar de construção da memória Unicamp. / 2013
Pret, R. L.; Murguia, E. I. / O documento e os sistemas de pensamento: enunciações de verdade e validações disciplinares. / 2012
Rodrigues, M. P. / Nas malhas do arquivo pessoal: o legado artístico de Rossini Perez. / 2015
Santos, A. S.; Bizello, M. L. Influência do colecionismo na representação da memória social: relações práticas e teóricas e suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade. / 2013
Schmidt, C. M. dos S. / Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia. / 2013
Silva, W. M. / O interesse público e social em arquivos privados: uma análise dos efeitos da classificação de interesse público e social em arquivos privados. / 2010
Silveira, J. P. B. da. / Acervos pessoais: memória individual como ponto de vista da memória coletiva. / 2011
Sousa, R. P. M. de; Oliveira, B. M. J. F. de. / Memória exercitada: direito de acesso à informação no âmbito dos arquivos permanentes. / 2010
Sousa, R. R. et al. / Tesouro do regime militar brasileiro. / 2014
Tognoli, N. B.; Guimarães, J.A. C. / Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. / 2010
Torres, S.; Almeida, M.B. / O conceito de documento na ciência da informação e arquivologia. / 2013
Vitoriano, M. C. de C. P. / Modelos e políticas de preservação de arquivos privados no Brasil. / 2014

3.1 SALVAGUARDA DE ARQUIVOS PESSOAIS

Um primeiro tema recorrente aos arquivos pessoais é o da sua proteção e manutenção. Buscando estabelecer mecanismos para desenvolvimento e preservação dos arquivos foi sancionada em 1991 a Lei 8.159, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” (apud VITORIANO, 2014). A lei consegue ter maior efetividade no âmbito dos arquivos públicos, pois o seu contrário,

Os arquivos privados, como representantes da parcela da documentação produzida pela sociedade civil, encontram nessa e nas demais leis e decretos pertinentes ao tema, algumas limitações de abrangência que se relacionam especificamente ao conceito de documento privado. A propriedade privada é um dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988. Dentro do conceito de propriedade, como o conjunto de bens pertencentes a um indivíduo, o documento produzido por entidade privada ou pessoa, no âmbito de suas atividades, faz parte de seu acervo particular, de direito privado, portanto (VITORIANO, 2014).

Desta forma, a iniciativa de preservar ou descartar um arquivo privado deve partir do proprietário, a princípio o próprio titular, mas poucos conseguem manter e preservar sua documentação. O mais comum é a transferência dos arquivos pessoais para instituições de

guarda, tanto os arquivos públicos quanto as instituições científicas e de pesquisa. Contudo, quando a via da doação não acontece, a própria Lei 8.159/1991 estabelece uma forma de identificar os arquivos de “interesse público e social”. Essa nomeação fica a cargo da Câmara Técnica de Arquivos Privados, subordinada ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (VITORIANO, 2014). Assim,

Mesmo nesse caso de indicação pelo poder público dos arquivos de interesse público e social, a efetividade de qualquer processo de preservação estará sujeita ao desejo voluntário do titular em recolher estes documentos a uma instituição de custódia de arquivos permanentes e permitir o acesso público. Somente numa situação flagrante de descumprimento da lei, como num caso de alienação ou destruição iminente do acervo, é possível, por intervenção judicial, reverter o processo. É de se perguntar, portanto, em que circunstâncias os arquivos privados de empresas, entidades e pessoas são preservados. O que temos visto é que somente um pequeno número desses arquivos têm chegado a público. E mesmo assim, na maior parte das vezes, são os arquivos de empresas de capital misto e os arquivos pessoais de personalidades públicas (especialmente políticos e artistas), os que têm sido mais frequentemente abertos aos pesquisadores (VITORIANO, 2014).

Pode-se notar então um primeiro obstáculo na preservação dos arquivos pessoais. E mesmo após a salvaguarda por parte de uma instituição ou do próprio titular, outros desafios se impõem, como o da manutenção, tratamento e acesso, entre outros. Uma das formas de preservação se dá pela patrimonialização destes acervos, como veremos a seguir.

3.2 ARQUIVOS PESSOAIS E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Nas últimas décadas o termo patrimônio tem sido cada vez mais recorrente e vem ganhando novos significados. Diversos autores têm chamado a atenção para a ideia de *patrimônio documental*, no qual incluem-se também os arquivos pessoais. Lage (apud CRIVELLI; BIZELLO, 2012), entende que o conceito de patrimônio documental é um complexo composto por três elementos: documento, informação e fonte histórica, que são considerados, portanto, pontos para análise e definição dos patrimônios documentais. Lage (2002) afirma que “o que vale observar para que seja um patrimônio documental [...] é a condição de preservação da memória e da identidade dos povos a partir de seus feitos e de suas manifestações culturais, mantidas em algum suporte material”. Não se pode desconsiderar o caráter de atribuição destes conjuntos patrimonializados. Outros autores, como Bellotto (apud CRIVELLI; BIZELLO, 2012), ampliam a noção ao considerar patrimônio documental todos os arquivos permanentes, dada sua necessidade de preservação⁴.

⁴Esta diferença de compreensão sobre os limites e definições de patrimônios documentais por si só já renderia uma discussão interessante.

Após este panorama sobre a questão dos patrimônios, Crivelli e Bizello (2012) apresentam o Programa Memória do Mundo, criado pela UNESCO em 1992. Citam que o Brasil integra o programa desde 2004 e desde então nomeou 38 conjuntos documentais, sendo 12 destes de pessoas físicas, ou seja, arquivos pessoais nomeados como patrimônio documental brasileiro: “neste sentido, um arquivo pessoal é guindado à qualidade de patrimônio por uma ação conjunta do seu conteúdo informacional intrínseco, enquanto registro e fonte de informação histórica, jurídica ou probatória, aliado à imagem socialmente construída do titular do acervo” (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Os autores apontam que estes dois fatores podem fornecer ao conjunto o potencial para a patrimonialização. Tais conjuntos, além de terem pertencido a “personalidades da cultura geral do país” e, ou, representantes de “campos específicos de atuação social e do conhecimento”, conforme apontaram, pertenceram da mesma forma a grupos sociais específicos e possibilitam inúmeras abordagens de pesquisa, entre as quais a questão da memória.

3.3 ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIAS INDIVIDUAL E COLETIVA

Um terceiro tema frequente aos arquivos pessoais é o da memória. De maneira recorrente o tema é abordado, por vezes como se numa relação direta e previamente estabelecida: arquivos pessoais – memória individual – memória coletiva. Alguns chegam a considerar os arquivos pessoais como reflexos da memória coletiva, mas esta associação pode limitar o enquadramento destes conjuntos.

Com a intenção de refletir “a partir da relação entre os acervos pessoais e a memória individual como uma perspectiva para olhar a memória coletiva, ideia presente na obra de Halbwachs”, Silveira (2011) analisou a memória individual como representativa da memória coletiva, a partir do acervo pessoal de Coriolano Mário de Araújo Benício (1911-1984). Benício era integrante de destaque na cena artística e cultural da cidade de Rio Grande-RS. Dentre suas atividades, atuou como teatrólogo, diretor, ator, escritor e professor de teatro, além de jornalista e entusiasta das festas de carnaval de sua cidade.

Após a sua morte, na década de 1980, parte do seu acervo pessoal foi doado ao Centro de Documentação Histórica (CDH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A documentação que está no centro compreende os anos de 1913 a 1982. Constituem o acervo documentos manuscritos, jurídicos e contábeis das instituições que participou; *folders* e cartazes com anúncios de peças teatrais e filmes; fotografias; correspondências; cartões de apresentação; alguns de seus desenhos e recortes de jornais e revistas da região, do Estado e do país. Toda esta documentação foi armazenada e preservada pelo próprio titular.

Em seu trabalho o autor argumenta sobre as memórias individuais como reflexos da memória coletiva, como se a primeira fosse necessariamente uma representação da segunda⁵. A interpretação dos arquivos pessoais como representação ou correspondente direto da memória coletiva deve ser também questionada e é preciso cautela ao estabelecer uma relação direta e obrigatória dos arquivos pessoais como testemunhos da memória coletiva. Certamente as contribuições de Halbwachs permitem abordagens interessantes para interpretar questões sociais relacionadas à memória, mas é preciso considerar os arquivos pessoais como sistemas culturais complexos, a exemplo de outros aspectos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro ponto a ser observado é o reduzido número de trabalhos sobre *arquivos pessoais* nos ENANCIB, principalmente se considerarmos este um fórum relevante do campo da Informacional e da produção acadêmica em Arquivologia. Mas é possível notar a ausência de outros autores que trabalham com o tema e não publicaram neste fórum, caberia olhar com maior atenção para este fato. Dentre os artigos encontrados, nota-se que as formas de abordagem da temática nos trabalhos são variadas, mas boa parte gira em torno dos eixos apresentados: preservação, patrimônio e memória. Entretanto, há muito ainda que se aprofundar nestas temáticas e outros tópicos sobre os arquivos pessoais podem ser abordados: tipologia e natureza; princípios arquivísticos; o processo de institucionalização; a trajetória dos conjuntos documentais até serem tornados públicos; tratamento técnico; relação com os usuários; entre tantas outras.

REFERÊNCIAS

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros... In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

SILVEIRA, J. P. B. da. Acervos pessoais: memória individual como ponto de vista da memória coletiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011.

⁵Este argumento apenas é relativizado no trecho a seguir: “Sobre a construção do conceito de memória coletiva, Candau (2008) adverte que para ele, o conceito ainda é frágil e merece atenção e cuidados ao ser trabalhado. Para o autor a memória individual é a coleção de momentos vividos e armazenados pelo cérebro. Já a memória coletiva é mais complexa e subjetiva, pois se daria na transmissão de informações sociais e culturais, ou seja, o compartilhamento de memórias, no qual os sócio-transmissores são os responsáveis pela construção da memória dita coletiva” (SILVEIRA, 2011).

VITORIANO, M. C. de C. P. Modelos e políticas de preservação de arquivos privados no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.